



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 3 de setembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
"Bancada federal e Suframa não existem"	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
"Bancada federal e Suframa não existem" (continuação)	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
"Bancada federal e Suframa não existem" (continuação)	5
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
"Bancada federal e Suframa não existem" (continuação)	6
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	7
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Duas Rodas	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Indústria /PIB.....	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Ronaldo Castro	10
JORNAL DO COMMERCIO	
Ronaldo Castro	11
JORNAL DO COMMERCIO	
Pedrinho Aguiar	12

CAPA

Cadeia componentista vibra com pacote para duas rodas

As medidas emergenciais do Mdic anunciadas para o polo de duas rodas também foram motivo de comemoração para os setores que integram a cadeia componentista na produção de motocicletas, como os metalúrgico e termoplástico. Mas, segundo representantes dos segmentos, a redução de 50% da TSA (Taxa de Serviço Administrativo) paga mensalmente pelos empresários à Suframa e a desoneração de 25% do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) da energia elétrica para os produtores de bens intermediários, apenas aliviam os sintomas da crise. As contratações de pessoal ainda devem aguardar melhores ventos na economia.

CAPA

» Análise

Praciano avalia que o fim da ZFM está próximo de acontecer

O deputado federal Francisco Praciano (PT) questiona o futuro da ZFM diante das batalhas perdidas com os tablets e da PEC da Música. Ele culpa a omissão da bancada federal do Estado no Congresso Nacional. "A bancada não se reúne", acusa. O parlamentar diz que o mundo e o Brasil estão

contra o modelo de crescimento desenvolvido no Polo Industrial de Manaus. "São 26 Estados contra a gente, até o Mercosul, que não admite importações sem taxações", disse. Praciano também critica o custo da produção local para concorrer com a China, que produz com qualidade e menor preço.

"Bancada federal e Suframa não existem"

Lucas Câmara

Mostrando indignação e sem ilusões, o deputado federal Francisco Praciano diz que a ZFM está acabando, perdeu a batalha dos tablets e está perdendo também a dos DVDs e CDs com a PEC da Música. Ele culpa a omissão da bancada federal do Estado no Congresso Nacional. "A bancada não se reúne", acusa. Sobre a guerra fiscal com São Paulo, ele é enfático: "O mundo e o Brasil estão contra a gente. São 26 Estados contra a gente, até o Mercosul, que não admite importações sem taxações". Ao *Jornal do Commercio* Praciano afirma que o mercado é um fator natural que também destrói a ZFM: "A China produz com qualidade e menor preço qualquer produto do mundo hoje", exemplifica.

Jornal do Commercio - Depois da guerra fiscal deflagrada por São Paulo contra o Amazonas, o que a bancada federal do Estado pode fazer para evitar mais transtornos ao PIM, considerando que ainda há a ameaça de uma reforma tributária imprevisível em curso no Congresso Nacional?

Francisco Praciano - Primeiro, tem que ter bancada, né? Embora todos queiram

governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), entra com essa Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), mas a ZFM é garantida pela Constituição de 1988. Vale lembrar que o Decreto-lei 288/67, que é o principal decreto que regula a ZFM, tem um artigo que diz que o governo federal só pode dar isenções em tributos federais -que são impostos sobre importação, IPI, Imposto de Renda- se o governo do Estado der isenções sobre ICMS. Ou seja, a própria Constituição recepcionou isso e até exige que o governo dê isenções. O Estado de São Paulo está contra essas isenções que a Constituição garante. É um indicador de que o Brasil e o mundo estão contra a gente.

JC - O Brasil e o mundo contra a Zona Franca?

Praciano - No Brasil está claro: são 26 Estados contra a gente. E no mundo eu vou dar um exemplo: o Mercosul. O bloco não admite importações sem taxações, sobretaxa os produtos da Zona Franca por ser uma área incentivada. A Venezuela entrou agora no Mercosul. Vai ser mais difícil agora exportar para a Venezuela porque está no grupo que tem essa regra, que os produtos nos países membros serão sobretaxados se vindos de áreas de incentivos fiscais.

“O governo federal tem que defender a Zona Franca da mesma forma como defende o equilíbrio orçamentário do Rio de Janeiro na questão dos royalties do petróleo”

"Bancada federal e Suframa não existem" (continuação)

defender a Zona Franca, nossa bancada não está unida. Ela não existe, ela não se reúne, ela não bota esse tema em pauta. A primeira coisa é pedir que a bancada seja bancada e que convença o governo federal sobre a necessidade de o próprio governo defender a Zona Franca. Aí não tem herói, se alguém quer ser herói nessa luta, que se apresente porque nós estamos perdendo todas.

JC – O que a Zona Franca já perdeu, deputado?

Praciano - Já perdemos competitividade e vamos perder em DVDs e CDs se a PEC da Música passar no Senado, após ter passado pela Câmara. Perdemos os celulares um tempo atrás. Perdemos computadores. Perdemos competitividade e a possibilidade de produção de semicondutores. Perdemos, por orientação do próprio governo, por uma questão de política nacional de inclusão digital, a competitividade em cima dos tablets. Nós estamos sendo comidos pelas beiradas.

JC – E agora há a guerra fiscal de São Paulo contra o Amazonas.

Praciano - Esse caso de São Paulo agora é só um caso. Aliás, só mais um caso. Só mais uma agressão, uma tentativa de prejudicar a Zona Franca de Manaus. Aliás é uma agressão frágil porque nós temos garantia constitucional desde muito tempo. Desde 2003 editamos uma lei e decreto regulamentando essa lei, reduzindo o ICMS sob operações aqui da Zona Franca para manter a competitividade. Nove anos depois, esse cara (o

JC – E como reverter essa situação?

Praciano - Como eu falei anteriormente, primeiro nossa bancada federal tem que ser bancada. Segundo, não há herói. Um deputado não salva a Zona Franca. Ou oito deputados maistrêsenadores não salvarão Zona Franca nenhuma diante de 513 deputados mais 81 senadores que compõem o Congresso e que são representantes de partidos e de Estados que não querem a Zona Franca. Então, a principal função de nossa bancada é convencer, não o Congresso diretamente por conta de um discursinho de dois ou três minutos, mas convencer o governo federal que tem que estar nessa nossa luta em defesa da Zona Franca porque ela não pode acabar desse jeito. A discussão tem que ser com o Executivo, com o Brasil.

JC – Pode dar um exemplo?

Praciano - Eu vou dar um exemplo: o maior defensor dos royalties do petróleo do Rio de Janeiro, quando todos os Estados querem dividir esses royalties e não permitir que o Rio de Janeiro tenha privilégios em cima dos royalties - porque a Constituição diz que os royalties são da União e não do Rio de Janeiro, é o governo federal. O governo federal acha, e tem razão, que se o Rio de Janeiro perder os royalties abruptamente vai acontecer um desequilíbrio muito grande no orçamento do Estado, que historicamente já tem esse dinheiro há muitos anos. Com relação à Zona Franca é a mesma coisa. Se a

"Bancada federal e Suframa não existem" (continuação)

gente perder a Zona Franca, se o Estado do Amazonas perder a Zona Franca, nós não teremos um desequilíbrio, nós teremos um desastre no orçamento. As atividades da ZFM são o principal motivador de 60% das receitas do nosso Estado. Então, da mesma forma que o Estado brasileiro defende o Estado do Rio de Janeiro com relação aos royalties por conta de orçamento, o Estado brasileiro tem que defender a Zona Franca por conta do orçamento do Estado do Amazonas. Eu acho que só o governo pode convencer a sociedade, pode convencer o mundo, pode convencer o Congresso da necessidade de manter a Zona Franca. A motivação hoje não é mais a questão da segurança nacional, isso é só um componente pequeno. A Zona Franca foi criada por uma motivação geopolítica: integrar, ocupar para garantir a soberania nacional através de atividades econômicas.

JU - Além do desastre orçamentário, quais seriam os outros impactos causados pelo fim da ZFM?

Praciano - Nós teríamos um problema social. Temos uma cidade de 2 milhões de habitantes sem economia se tirarem a Zona Franca. Então, a gente voltará a ser o "Porto de Lenha" romântico e bucólico. Uma cidade de 2 milhões de habitantes sem economia significa violência, prostituição, desemprego, um desastre. E além desse aspecto social, tem o aspecto no orçamento do Estado. Reduziremos a 40% o orçamento do Estado que hoje já é pequeno, na minha opinião, por conta das isenções. Nós somos 3/4 do PIB da Amazônia Ocidental, ou seja, nós somos o epicentro da economia do Norte com impactos positivos nos Estados vizinhos e no interior porque transferimos renda. Nós transferimos dinheiro dos trabalhadores da Zona Franca que vêm do Pará, do Maranhão, do Acre, Rondônia e há um fluxo de transferência de recursos e mão de obra para esses Estados. Então, nós temos motivos suficientes para dizer que o Estado brasileiro, em função da política de reduzir as desigualdades econômicas entre os Estados, em nome da realidade da Amazônia que vive quase que exclusivamente da Zona Franca, tem que defender a Zona Franca de Manaus, principalmente por conta dos indicadores da Amazônia hoje.

JU - Quais indicadores são esses?

Praciano - Nós somos a Amazônia rica. Estamos nos discursos de todo mundo na tribuna, mas o próprio governo federal, via IBGE, diz que nós temos 42%

da população em estado de pobreza. Além de outros péssimos indicadores. Portanto, não tem sentido a gente perder a Zona Franca.

JU - Por falar em perdas, o PIM, incluindo o setor de duas rodas, já contabiliza mais de 22 mil demissões.

Praciano - Eu vejo o seguinte: nós estamos discutindo a questão da segurança jurídica, essa fragilidade, essa vulnerabilidade em cima dos benefícios fiscais. Esse é quase sempre o foco. Mas, nós só trabalhamos esse assunto quando aparece a agressão. O que nós precisamos é ter uma política em relação a isso para manter a segurança jurídica. A insegurança diminui a atratividade de investimentos na região. Mas, não é só isso. Independente do Congresso e da ordem jurídica, do arcabouço que disciplina a Zona Franca, quem pode nos arrebentar é o mercado. Não tem lei que dê jeito quando você não tem consumidor. Nós temos o ataque da China, que é muito violento porque a China produz com qualidade e menor preço qualquer produto do mundo hoje. Nós precisamos chegar lá com competitividade. Nós precisamos reduzir custos. Precisamos melhorar a logística. Precisamos ter porto, precisamos ter um aeroporto compatível com os quase R\$ 50 bilhões de faturamento. Nós estamos pagando altas taxa de armazenamento por conta da falta de infraestrutura portuária ou aeroportuária.

JU - E a Receita Federal? Ela está bem nisso tudo?

Praciano - A Receita Federal é uma de nossas falhas primárias, está

desestruturada para fazer fiscalizações e liberações rápidas de mercadorias. Temos falta de fiscais na agricultura para liberar mercadorias rapidamente. Precisamos ter uma Suframa e uma agência forte de desenvolvimento, não somente um órgão de despacho de mercadorias. Precisamos reestruturar a Receita Federal, Suframa, o Ministério da Agricultura para os fiscais. Temos que colocar um escritório da Receita Federal e da Sudam dentro da Suframa. Nós precisamos de infraestrutura, de condições, porque a atratividade passa pela segurança jurídica e pela infraestrutura. Além disso, paralelamente, os governos federal, estadual e todos os políticos têm que brigar para a gente começar a desenvolver e incentivar uma economia regional. Nós não estamos exportando sequer um copo de açaí para o mundo. Eu poderia resumir da seguinte forma: tem que ser objetivo dos nossos governadores, do governo federal sermos como o Pará, que não tem Zona Franca.

JU - O Pará tem alternativas, tem riquezas minerais, não é isso?

Praciano - O Pará tem uma economia que não de-



"Bancada federal e Suframa não existem" (continuação)

pende de Zona Franca porque tem mineração, tem uma receita grande em cima da geração de energia em Tucuruí, tem Serra Pelada, tem Carajás, tem pimenta, açaí, tem produção regional e isso independe de Zona Franca. O Estado do Amazonas tem que ter a mesma coisa, e mantendo a Zona Franca. Temos que criar uma alternativa econômica que não deixe a gente sempre vulnerável. Mas, volto a falar, para isso tudo precisamos ter uma bancada federal que seja bancada, que seja unida, que coloque isso em pauta, que marque agenda com o governo federal, com o Ministério da Indústria e Comércio, com a Casa Civil. Pra fortalecer essa luta, temos que chamar muitos companheiros da bancada do Norte que nos ajudarão, deputados do Pará, do Acre, Rondônia, e podemos ainda acrescentar alguns deputados verdes.

30 – Abancada verde seria, então, uma grande aliada da ZFM?

Praciano - A bancada verde é importante porque temos quase 100% da cobertura vegetal preservada, fruto da existência da ZFM. A lógica está muito clara: nós somos um Estado que não quer e não pode substituir florestas por cana-de-açúcar. Nós não podemos e o mundo não quer substituir florestas por agropecuária, por exemplo. Nós temos proibições em função da questão ecológica. Aí, além de todas essas proibições, nós somos impedidos de produzir tablets, que não poluem e geram pouca mão de obra porque é uma produção automatizada. Nós e o governo federal deveríamos brigar, e o mundo nos ajudar, a ser o novo Vale do Silício americano, com desenvolvimento de produtos e tecnologias, com universidades integradas ao PIM, investimentos em pesquisas e inovação e não a vergonha de ter um CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) parado aqui há mais de dez anos sem ter identidade jurídica. É uma vergonha isso aí. Nós não temos no Amazonas, nem na Amazônia, um laboratório que transforme essa biodiversidade em serviços, em produtos e em renda. Esse aí é o nosso recado.

Editorial

A ZFM e a necessidade de projetos alternativos. Existe vida fora do PIM?

A Adin impetrada pelo governo de São Paulo junto ao Supremo Tribunal Federal questionando a excepcionalidade dos incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus obriga a sociedade amazonense à reflexão fria e realística. Polêmicas jurídicas à parte, o fato é que

a Adin paulista induz reflexão sobre a falta de projetos econômicos alternativos que possam substituir o modelo de exceção implantada pela Ditadura Militar em 1967 no Amazonas.

Será que não existe vida fora das linhas de montagem das fábricas do PIM? A atitude do governador Geraldo Alckmin é um alerta sobre a fragilidade do modelo ZFM, em função da

evolução tecnológica do mundo e à mercê dos interesses dos grandes grupos inseridos no processo de economia global dos novos tempos.

O Estado do Amazonas precisa sair da sua zona de inércia. Onde estão as cabeças pensantes? Onde estão os cérebros capazes de ver para além de tablets e vislumbrar, por exemplo, a possibilidade de um grande polo de bio-

cosméticos aproveitando os recursos da rica biodiversidade do Estado?

O atual modelo deve, sim, ser questionado, até porque ao longo de décadas não se investiu um centavo sequer em infraestrutura para fortalecê-lo e dinamizá-lo. É preço agir e pensar com a força de um Ajuricaba para vencer a dependência do modelo que se abala com um simples "espirro" de

qualquer ministro de Brasília, ou com atitudes planejadas na "garoa" de uma "Sampa desvairada".

É preciso considerar que temos piscicultura, fármacos e riquezas minerais em abundância, faltando competência governamental e sensibilidade para seguirmos os versos da canção imortal de Geraldo Vandré: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Duas Rodas

Pacote traz efeito positivo em cascata

Setores metalúrgico e termoplástico que integram a cadeia de componentes do setor de motos comemoram ajuda dos governos

Juliana Geraldo

Os setores metalúrgico e termoplástico, diretamente ligados ao polo de duas rodas, e dois dos mais atingidos pela crise no segmento, comemoram as medidas emergenciais do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), anunciadas na última quinta-feira (30), mas, afirmam que melhora na contratação de mão de obra ainda vai demorar.

Segundo representantes dos segmentos, a redução de 50% da TSA (Taxa de Serviço Administrativo) paga mensalmente pelos empresários à Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e a desoneração de 25% do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) da energia elétrica para os produtores de bens insumos, apenas aliviam os sintomas da crise.

"Para os setores que depen-

dem da recuperação do polo de duas rodas, só o escoamento da produção resolve, e isso só será possível com a liberação de crédito. É preciso lembrar que a crise deles -fabricantes de motocicletas- não é centrada na produção e sim na comercialização, mas o rigor dos bancos para conceder o crédito ainda é forte e eles não parecem dispostos a ceder", avaliou o diretor-executivo do Simplast-AM (Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Amazonas), Paulo Abreu.

Enquanto isso, segundo ele, o quadro de funcionários das indústrias de materiais plásticos segue reduzido: "Por enquanto, continuamos em situação crítica", afirma.

De acordo, com dados do sindicato, no início do ano, o setor empregava aproximadamente 12 mil trabalhadores. Fechou o primeiro semestre com 9.800 postos e finalizou julho com mil funcionários a menos (8.800 empregados).

Paulo Abreu afirmou que o

setor deve registrar leve recuperação em outubro e novembro em função da produção para o Natal, mas não volta ao patamar de 12 mil empregados neste ano.

Já o presidente do Simmen-AM (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Mariano Félix, aprovou o pacote embora tenha sentido falta de outros benefícios como a desoneração do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

"Mas, o que realmente nos trará tranquilidade é a solução para o financiamento. Contratação de mão de obra com um volume considerável só depois que a produção começar a ser escoada", ressaltou.

Na ocasião do anúncio durante reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa), o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, estimou que

se a solução para o financiamento for encontrada até o final de setembro, o polo de duas rodas e os setores ligados a ele podem sentir a melhoria ainda este ano e resgatar parte dos postos de trabalho perdidos.

A reunião entre o Mdic e os bancos - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco foi agendada e deve ocorrer em duas semanas.

Demissões

De acordo com o setor de homologação do Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), o número de demissões homologadas nos primeiros sete meses de 2012 cresceu 90% em comparação ao mesmo período do ano passado. Foram 14.002 desligamentos de janeiro a julho, sendo 8.927 homens e 5.027 mulheres.

Números

FATURAMENTO EM BAIXA

- ✓ O polo metalúrgico faturou US\$ 898,52 milhões no primeiro semestre de 2012, 39,81% a menos na comparação com o mesmo período do ano passado;
- ✓ O setor termoplástico registrou faturamento de US\$ 861,63 milhões, retração de 13,75% frente a igual intervalo de 2011;
- ✓ O setor de duas rodas, por sua vez, faturou US\$ 3,88 bilhões, 12,56% a menos no comparativo com o ano passado;
- ✓ A produção de motocicletas que no ano passado foi de 1,08 milhão de unidades, caiu este ano para 974,93 milhões, retração de 9,99%.

* Indicadores Suframa

Somente em julho, o total de demissões foi 143% superior em relação ao mesmo período de 2011. Foram 1.798 desligamentos contra as 739 registradas no mesmo mês do

ano passado.

Ainda segundo o sindicato, Honda, LG, Semp Toshiba, Elsys Eletrônica e Samsung foram as cinco empresas que mais demitiram no período.

Indústria / PIB

Desempenho é o pior desde 2009

Medidas de incentivo do governo não foram suficientes para estimular o setor no segundo trimestre do ano

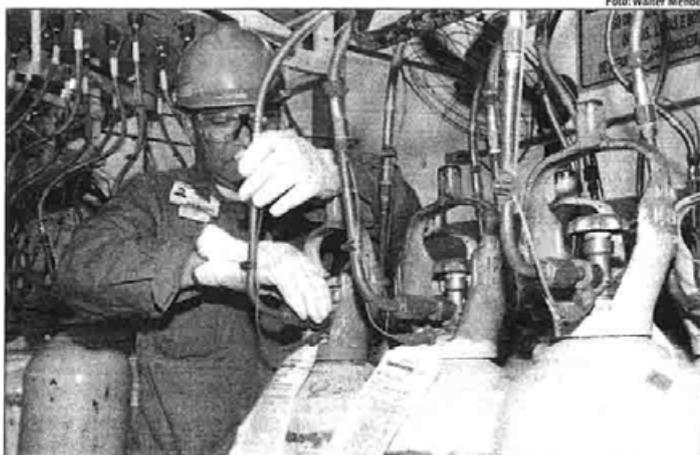
Apesar das medidas de estímulo do governo, como a desoneração de tributos de importantes setores, e com a estabilização do câmbio no patamar de R\$ 2, o PIB industrial não reagiu no segundo trimestre. O setor registrou queda de 2,5% do primeiro para o segundo trimestre de 2012. Foi o pior desempenho desde o primeiro trimestre de 2009, quando a crise global derribou a atividade industrial no país, com retração de 6,5%.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou ontem que a economia brasileira cresceu 0,4% no segundo trimestre na comparação com o primeiro trimestre.

Entre os subsetores da indústria, os destaques negativos ficaram com as indústrias de transformação (-2,5%) e extrativa mineral (-2,3%).

A primeira tem um peso maior no PIB e reage ao agravamento da crise externa, menor confiança de empresários e crédito mais restrito. Já a extrativa, que vinha de bons resultados, repercutiu a redução da produção de petróleo, item de maior impacto na atividade.

Já a construção civil e as atividades de energia, gás e saneamento livraram a indústria de um resultado ainda pior no primeiro trimestre, com expansão de 1,5% e 4,3%, respectiva-



Na comparação com o primeiro trimestre de 2011, a indústria registrou queda de 2,4%

mente, na comparação com o primeiro trimestre.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2011, a indústria registrou queda de 2,4%, também sob impacto da perda das indústrias de transformação (-5,3%) e extrativa (-1,8%).

Entre os ramos da indústria de transformação que mais puxaram a atividade para baixo, ficaram material eletrônico e de comunicações, veículos, vestuário e calçados e farmacêuticos - setores que sofrem mais concorrência externa ou acumula-

ram estoques elevados em razão da freada do consumo.

Aposta em crescimento

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, disse que o fraco desempenho registrado pela indústria no primeiro semestre "é o passado" e fala em crescimento do setor de 1,5% a 1,7% do PIB este ano.

"[Os dados divulgados pelo IBGE] são desanimadores com relação ao segundo trimestre desse ano, ao primeiro trimes-

tre. Isso nós já sabemos, é o passado. No passado, enfrentamos muitas dificuldades de câmbio e mercado interno com importação de muitos produtos, principalmente de manufaturados. Agora sabemos o que a indústria tem a oferecer para o segundo semestre. E a nossa expectativa é de que haja crescimento", afirmou Andrade após audiência com a presidente Dilma Rousseff.

Comércio avalia limitações

Crescer abaixo dos 2% é pre-



ocupante, afirmou a FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) após divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre de 2012. A federação associou o resultado do PIB à baixa taxa de investimento e à falta de poupança no Brasil, o que, a rigor, "limitam nossa capacidade de crescimento." "Para que o Brasil

tenha um crescimento sustentado de, aproximadamente, 5% ao ano, teria que elevar os níveis de poupança e investimento para, no mínimo, 25% do PIB. Um avanço de 50% no patamar atual", afirmou a assessoria técnica da federação.

No último trimestre, o Brasil teve taxa de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) de 17,9% e 16,9 de poupança do PIB.

Ronaldo Castro

PERFIL - Thomaz Afonso Queiroz Nogueira

Nosso 'perfil' deste domingo é o superintendente da Suframa, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, bacharel em direito, formado pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Tem 51 anos de idade e é casado com Ozeneide Casanova de Oliveira Nogueira. Pai de três filhos, tem especialização em Direito Tributário pelo Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (Isae/FGV).

Nogueira iniciou sua carreira profissional em 1974 na empresa Numar Comércio, Indústria e Representações LTDA. Em 1980 ingressou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no cargo de agente administrativo. No ano seguinte, tornou-se servidor da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz/AM), onde exerceu as funções de secretário-executivo da Receita, coordenador do Programa de Modernização da gestão Fiscal do Estado (Pnafe) e subsecretário de Estado da Fazenda, este último alcançado em dezembro de 2006.

Fez pós-graduação em 1986 com especialização em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas/Isae. Dentre as atividades mais relevantes estão a coordenação e a

implementação do Sistema AFI (Administração Financeira Integrada), com integração via web de todas as unidades gestoras do Estado;

Coordenação e implementação do processo de reorganização administrativa da Sefaz/AM (Programa Sefaz Melhor), incluindo:

Redesenho de processos administrativos;

Desenvolvimento de novos sistemas organizacionais (compras, controle de frotas etc.);

Completa reestruturação da área de tecnologia da informação;

Consolidação do plano de carreiras, com enxugamento da estrutura de cargos;

Remuneração vinculada ao desempenho e aos resultados;

Coordenação e imple-

mentação no Amazonas de programas nacionais de controle fiscal como SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;

Modernizou o sistema de controle de entradas de mercadorias na Zona Franca de Manaus;

Representa o Estado do Amazonas no Conselho Nacional de Política Fazendeira

(Confaz);

Coordena a comissão acompanhando a reforma tributária do governo do Amazonas, tendo participado de todas as negociações desde 1994.

Em janeiro de 2012, Thomaz Nogueira foi empossado superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), em substituição à ex-servidora da autarquia, Flávia Grosso, que deixou o cargo em outubro de 2011.



Foto: Rainer Mendes

SOBE

A SAMSUNG ELETRÔNICA apresenta projeto de US\$ 1 bilhão para produção de câmera de vídeo e telefones celulares (Galaxy III). Com US\$ 1.737 milhão, a Tec Toy S.A. deseja produzir tablets e "babá eletrônica". Em mais um investimento para o polo de bicicletas, a Ox da Amazônia tem projeto de US\$ 950 mil para a versão elétrica do veículo.

Destaques dos projetos de diversificação incluem também o da Philco Eletrônicos Ltda. que traz o investimento de US\$ 308 mil para a linha de produção de fornos micro-ondas. Esse produto foi beneficiado com o aumento para o similar importado da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tornando mais competitiva a produção nacional no Polo Industrial de Manaus (PIM). A H-Buster entra na pauta com projeto de US\$ 450 mil em investimentos fixos e 190 novos empregos para produção da TV em cores com tela de LCD, e a Digibras traz investimentos de US\$ 174 mil para fabricar autorádios com DVD Player e controle remoto para Eletroeletrônicos.

Para reforçar o nicho de bebidas energéticas (que já tem o projeto aprovado em reunião anterior da Red Bull), a Amazon Refrigerantes planeja investir US\$ 504 mil. Sob o nome de empresas que acreditam no nosso Polo Industrial de Manaus.

Ronaldo Castro

US\$ 2.6 milhões

Este é o valor da pauta da 258ª reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS) que soma investimentos totais (incluindo capital de giro) de US\$ 2.6 bilhões com a geração de 591 novas vagas de empregos. A reunião aconteceu na última quinta-feira (30), às 14h na sede da autarquia. Com destaque para a Samsung, que sozinha irá investir US\$ 1 bilhão em sua fábrica no PIM.

Pedrinho Aguiar

2ª Corrida Pedestre Ruy Lins

Na busca de incentivar a prática do esporte para contribuir com a melhoria da qualidade de vida, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), promove a segunda edição da Corrida Pedestre Ruy Lins, marcada para o dia 20 de outubro. Com percursos de três e seis quilômetros, poderão se inscrever nas provas atletas e entusiastas de ambos os sexos, a partir de 14 anos, desde que estejam em boa

saúde e aptos a participar da competição. O custo da inscrição é um quilo de alimento não perecível (exceto sal), que será doado para uma instituição filantrópica. No ato da inscrição, o participante deve portar o RG e assinará um termo de responsabilidade, confirmando que está com boa saúde e tem condições de participar da prova. As inscrições para a corrida serão realizadas no período de 24 de setembro a 11 de outubro.

CAS avalia projetos

Projetos para a cadeia produtiva de Duas Rodas, do setor de papel, serviços de Logística, e Eletroeletrônicos com destaque para os celulares, compuseram a pauta da 258ª reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS) que soma investimentos totais (incluindo capital de giro) de US\$ 2.6 bilhões com a geração de 591 novas vagas de empregos. A reunião aconteceu na quinta-feira à tarde, na sede da autarquia. Foram avaliados 48 novos investimentos, sendo 17 de implantação e 31 de ampliação.